

INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA COGNITIVA

Valeria Coelho Chiavegatto
(Universidade Gama Filho)

RESUMO

Abordagem dos principais caminhos de desenvolvimento da linguística cognitiva, apresentando alguns dos princípios que interligam cognição, linguagem e interação nos enunciados linguísticos, apresentando alguns dos procedimentos descritivos que permitem aos analistas explicarem como as formas linguísticas e discursivas estão calcadas em processos cognitivos amplos e gerais dos quais a linguagem faz parte, como instrumento de expressão e compartilhamento de conhecimentos entre os homens.

PALAVRAS-CHAVE: linguística cognitiva; cognição; linguagem; interação; processos cognitivos.

1. Introdução

Quando dizemos que alguém é *unha e carne* com outra pessoa ou que as atitudes que toma com pessoas ou instituições são do tipo *fazer barba, cabelo e bigode*, estamos deixando entrever operações mentais complexas, que projetam conhecimentos entre domínios linguísticos, cognitivos e interacionais. Interligamos o que conhecemos da língua ao que vivenciamos no mundo sobre *unhas* e sua união à *carne* ou ainda sobre irmos ao *barbeiro* e sairmos com nova aparência após termos cortado os cabelos, feito a barba e aparado os bigodes. Tais saberes adquiridos na vida social e na cultura a que pertencemos, são

projetados entre *domínios* distintos – o do corpo e o dos relacionamentos – e dessas correlações novos sentidos são construídos.

Usos linguísticos dessa natureza mostram-se extremamente dinâmicos e permeáveis às experiências dos sujeitos e de suas comunidades. Para descrever a riqueza desse multifacetado fenômeno – o funcionamento das línguas nos contextos comunicativos – surgiu uma corrente de estudos linguísticos que, ao final do século XX, se autodenominou Linguística Cognitiva, que introduziremos neste artigo.

Margarida Salomão, uma das introdutoras da linguística cognitiva no Brasil, ao tratar do desenvolvimento desta abordagem, ensina-nos que para entendermos os pressupostos que regem o cognitivismo, necessário se faz fazermos um breve percurso pelos caminhos mais significativos que as pesquisas linguísticas tomaram no século XX, fontes nas quais a Linguística Cognitiva extraiu suas premissas básicas. Assim ela afirma:

Reler a tradição é tarefa indispensável a todos nós que nos aventuramos pelos mares da linguística, tão volumosa e dispersiva é a produção contemporânea que se torna difícil ao navegador achar o norte. Assim, é tentador proceder como memorialista e acender nossa lanterna de popa. (SALOMÃO, 2007, p.28)

Nos limites deste artigo, não poderíamos tratar em profundidade das principais questões que precedem o desenvolvimento da corrente cognitivista, pois a tradição é vastíssima e diversificada. Selecionamos apenas algumas dentre as que consideramos essenciais para a formação dos pressupostos da linguística cognitiva, que passaremos a abordar.

2. Antecedentes

No início do século XX, a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral em 1916*, as idéias de Louis Ferdinand de Saussure inauguram os modernos estudos sobre a linguagem, estabelecendo um modelo científico para o tratamento das línguas em geral. Saussure propõe para a ciência que fundava um objeto – as línguas em geral; um método – a comparação entre as formas; e uma unidade – o signo linguístico (SAUSSURE, 1972).

Para o signo linguístico, Saussure propõe a união indissociável entre uma *imagem acústica* (uma forma sonora a que chamou *significante*) e uma *imagem mental* (um conceito a que chamou *significado*). Foi com o foco no *significante* que a linguística moderna se

desenvolveu. Surge, então, o estruturalismo, corrente de estudos que se estendeu, praticamente, por quase todo o século XX, com diferentes versões e extensões, mas cujo poder descritivo deu à Linguística o estatuto científico de que hoje desfruta.

Preocupados com o estabelecimento da ciência nascente e para isolá-la das ciências com as quais os estudos linguísticos mantêm relações estreitas como a Antropologia, a Psicologia Social, a História e a Sociologia, os primeiros linguistas deram prioridade aos estudos com *foco no significante*, pois isto permitiria que a ciência da linguagem marcasse sua autonomia diante das demais ciências sócio-humanas modernas.

Assim, a linguística se desenvolve pelo estudo das estruturas com as quais se interligam significantes, valorizando a oralidade, priorizando os estudos sincrônicos, calcando-se na descrição de como as línguas se constituem. As pesquisas com foco no *significado* foram relegadas ao segundo plano, porque ainda não tinham sido encontrados critérios adequados para tratar cientificamente do interrelacionamento entre as formas linguísticas, aspectos cognitivos e eventos sociais e culturais para a descrição do funcionamento da linguagem.

Foi com Edward Sapir em 1921, com *A linguagem (1972)* que, pela primeira vez, foi apregoada a relação estreita entre língua e cultura. Afirmava o antropólogo que havia uma coesão qualquer entre a língua e o povo que dela se utiliza para a comunicação, observação que brotou da experiência de fazer a descrição das línguas indígenas ágrafas, em meio a culturas diferenciadas, em fase de extinção.

A percepção de que a cultura do povo se faz presente, de alguma maneira, na constituição das formas da língua iria desembocar na polêmica *Hipótese Sapir-Worf* ou do *Relativismo linguístico*. A hipótese apontava para uma estreita relação entre culturas e a constituição das línguas. Muito criticada à época pelo *determinismo* entre língua e cultura para o qual apontava e, também, pela ilimitada *relativização* das estruturas que permitiria, tal hipótese e os possíveis raciocínios dela decorrentes foram mal compreendidos, adiaram para anos mais tarde os estudos da dialética entre línguas e culturas que o cognitivismo abrangeeria.

Somente ao final do século XX e início do XXI surgiriam trabalhos revisitando as estreitas relações entre a cultura dos povos e as construções significativas de suas línguas. Os caminhos para a postulação de que linguagem e conhecimento estão indissociavelmente unidos na

codificação linguística e nos usos que delas fazem seus falantes nas interações comunicativas estariam abertos.

O desenvolvimento da Linguística na América sentirá a influência de Bloomfield (1935) e seus seguidores, propagando a necessidade de desenvolvimento de processos de descoberta de *morfemas* – unidade mínima entre significante e significado – para a descrição das línguas indígenas em fase de extinção, junto com as suas culturas. Cria-se um aparato formalizador para o desenvolvimento da descrição sintagmática dos enunciados linguísticos, afastando-se análises em que a Semântica pudesse ser a base para as investigações linguísticas. Abrem-se caminhos para o que foi a revolução gerativa, capitaneada por Noam Chomsky.

A partir da divulgação do trabalho de Chomsky (1957), as pesquisas gerativas dominam o cenário do que podemos chamar de auge da abstração na análise linguística: estabelece-se a distinção entre competência e desempenho; propõe-se a abstração de fatores ligados ao desempenho linguístico dos usuários, em prol de estudos sobre a competência linguística de um *falante-ouvinte ideal*, constructo teórico que permitiria descobrir a forma geradora das estruturas linguísticas de modo autônomo, sem interferência de aspectos pessoais, sociais, culturais ou de qualquer outra natureza.

Nos anos seguintes, estudos como os de Goffman (1967), Hymes (1974) e Gumperz (1982), entre outros, vão mostrando aspectos pragmáticos das relações entre línguas e culturas: Gumperz trata do papel do contexto pragmático; Hymes das relações entre línguas e culturas e Goffman propõe os *frames* de interação, só para citar alguns dos mais significativos aspectos sócio-culturais e conversacionais intervenientes na construção dos enunciados linguísticos: eles vão constituir fundamentação consistente para o surgimento da linguística cognitiva.

Após quase três décadas de ênfase em um paradigma científico centrado nas descrições das estruturas das línguas (com foco nos significantes), os anos 80 trouxeram, em diferentes versões e perspectivas, pesquisas focalizando o funcionamento das línguas naturais, em uso nas comunidades sociais e culturais. O funcionalismo surge enfatizando o estudo das línguas a partir da análise das formas no uso real, levando em conta as relações que estabelecem com o contexto comunicativo.

Insatisfeitos com os resultados a que as pesquisas gerativas conduziam, pois eram desvinculadas do sujeito que efetivamente usa a

língua para se comunicar, os pesquisadores começaram a examinar aspectos pragmáticos, levando em conta as situações comunicativas e as construções linguísticas empregadas. A ideia fundadora do funcionalismo é a de que há um relacionamento motivado entre forma linguística e função comunicativa, tratando a língua como uma estrutura maleável que se adapta, continuamente, às necessidades de expressão de pensamentos e interação entre os homens. Vários caminhos de pesquisa foram se desenvolvendo sob o amplo guarda-chuva denominado *funcionalismo*.

Logo observaríamos que o funcionalismo teria duas grandes vertentes: *uma externalista*, analisando a relação forma e função nas motivações que atuavam na *superfície discursiva*, investigando a *iconicidade*, os princípios conversacionais, especialmente pautados pelos estudos de Talmy (1988) e Givón (1995); e outra, investigando as razões internas de a língua ser como é, ou seja, aspectos cognitivos que expressam as relações entre pensamento e linguagem, para os quais destacamos Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987), Fauconnier (1994), Fauconnier e Sweetser (1996) e Langacker (1987/1991).

3. Os fundamentos da linguística cognitiva

Partindo da ideia de que as estruturas linguísticas não são rígidas, mas maleáveis, que se amoldam continuamente às necessidades localizadas de expressão e comunicação, considera-se que o significado dos enunciados é:

- 1º - guiado pelas formas linguísticas;
- 2º - uma construção mental que expressa a interligação entre conhecimento e linguagem; e
- 3º - validado no contexto comunicativo.

Diante destas premissas, a linguística cognitiva estabelece que a gramática não pode ser mais vista como um conjunto de regras que opera sobre categorias de palavras ou de sentenças, mas sim um conjunto de princípios gerais e processuais, que opera sobre bases de conhecimentos. A língua é então um instrumento que empregamos para expressar pensamentos e interagir em sociedade.

Os estudos sobre categorização, desenvolvidos por Rosch (1975; 1977) em Psicologia, abriram a possibilidade de que as línguas não são formadas por categorias tradicionais (aristotélicas), mas por *categorias prototípicas*. Enquanto nas categorias tradicionais os membros que a

ela pertencem têm todos os traços que a enquadram na categoria, nas categorias prototípicas há um membro básico ou central, que comporta todas as características da categoria, e membros mais periféricos, que perdem alguns dos traços da categoria, afastando-se em maior ou menor escala do membro central ou prototípico.

Assim, à categoria aves, integram-se pardais, galinhas e papagaios. O membro prototípico seria o pardal, pois tem penas, voa e pia – características básicas da categoria. Contudo, a galinha anda e não voa; o papagaio fala, mas não pia. Mas, como têm penas e constituição de aves, ambos são tão aves quanto pardais.

Ao assumirmos que a linguagem é parte da cognição, o conceito de categorias prototípicas permite tratarmos uma série de operações e eventos como parte de outros, mais gerais e amplos e, assim, interligarmos múltiplas semioses na constituição da linguagem. Pois:

(...) a linguagem é parte integrante da cognição (e não um módulo separado) e se fundamenta em processos cognitivos, socio-interacionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, do processamento mental, da interação e da experiência social e cultural. (SILVA, 2004, p.2)

A possibilidade de que processos cognitivos e construções linguísticas façam parte de categorias prototípicas é fundamental para a análise de uma série de fenômenos em linguística cognitiva. Pode explicar, por exemplo, a polissemia, a abrangência das correspondências metafóricas e as diferentes naturezas de introdutores de espaços mentais, que trataremos no desenvolver deste artigo. A plasticidade dos processos que interligam cognição e linguagem se materializa nos princípios que norteiam as análises cognitivas, acarretando, segundo Silva (2004, p.2):

1º - a primazia dos estudos semânticos em decorrência da própria perspectiva adotada, ou seja, se a função da linguagem é a categorização, então a significação será o fenômeno linguístico primário;

2º - que se a linguagem serve para categorizar o mundo, então o significado linguístico não pode ser dissociado do conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não se pode postular a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação distinto do nível de conhecimento em que está associado às formas linguísticas; e

3º - que se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento, então este não está objetivamente

refletido nela: ao invés de espelhá-lo, a linguagem é um meio de interpretá-lo, construí-lo e organizá-lo, refletindo as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e de suas culturas.

Ainda segundo Silva (2004, p.2), nesses princípios assenta a própria posição filosófica e epistemológica do movimento cognitivo que Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff (1987; 1993) caracterizam como sendo o experiencialismo ou um realismo corporificado, metodologicamente baseado na análise do uso linguístico real, fundamentando empiricamente as interpretações das expressões linguísticas na experiência individual, coletiva e histórica nelas fixadas.

De cada um desses princípios decorrem aspectos importantes a serem considerados no trato da linguagem, a saber:

1º - que o significado da forma linguística é enciclopédico e perspectivizado: ele organiza o conhecimento de mundo na perspectiva da sociedade e da cultura da qual os falantes participam. Assim, linguagem é conhecimento;

2º - que filosófica e epistemologicamente, a linguística cognitiva é experiencialista, ou seja, as pesquisas se darão em contextos reais de uso, olhando a língua corporificada e encarnada no sujeito que dela se utiliza para fins comunicativos e interacionais, e desta realidade não se pode desvincular;

3º - que a categorização do conhecimento efetuada pela linguagem reflete as experiências compartilhadas pelos indivíduos, em diferentes projeções e figurações da realidade vivenciada, das mais concretas às mais abstratas, o que permite que as construções linguísticas sejam interpretáveis e a comunicação funcione (SILVA, 2004).

Assim, as pesquisas em linguística cognitiva tratam a linguagem como instrumento cognitivo, à semelhança da percepção visual e do raciocínio. As formas da língua acionam um conjunto de processos aparentemente simples, que operam sobre bases de conhecimentos subjacentes na memória ou presentes como contexto, na situação comunicativas.

Segundo Salomão (1999, p.65-72), no Brasil foram estabelecidas como premissas básicas para a produção intelectual aqui praticada nas investigações cognitivas:

1º - *O princípio da escassez do significante*, que se manifesta pela impossibilidade de a forma linguística 'dizer' tudo o que se quer significar. Assim, podemos afirmar que há a subdeterminação do signi-

ficado pelo significante, permitindo que ultrapássemos a distinção tradicional entre o sentido da sentença e o sentido do falante.

Dilui-se, também, a distinção entre significados literais e não-literais, pois tudo o que pertence à ordem pragmática se agrega à significação, ao contexto dinâmico da situação comunicativa. Neste quadro, os sentidos figurativos, as implicaturas, as ironias, o humor, as conotações tornam-se centrais para rastreamos as correlações entre linguagem e cognição. Na prática, a informação extralingüística, antes periférica, instala-se no próprio centro da interpretação da linguagem.

Segundo Turner (1996, p.56), acostumamo-nos a pensar conceitos como pacotes de sentidos. Damos-lhes rótulos: casamento, nascimento, morte, força, eletricidade, tempo, amanhã. No entanto, o significado não está depositado em um armazém de conceitos; ao contrário, ele é vivo, ativo e dinâmico. Pode ser construído e desconstruído para propósitos locais de expressão e de comunicação. Para isto, coocorrem múltiplas *semioses*, desde os contornos entonacionais, gestos e outras condições externas ao código lingüístico em si mesmo.

2º - A segunda premissa é a *semiologização do contexto*. Nesta perspectiva, o contexto é dinâmico, não uma variável estática. Tornam-se essenciais as noções de *enquadre (frame)*, *perspectiva e foco* para que possamos tratar, de forma produtiva, a interatividade das diversas semioses. O mundo como o percebemos e conceptualizamos é também sinal a ser agregado à interpretação. Ele se estabelece como uma continuidade entre o lingüístico, o contexto e a realidade. Longe de reduzi-lo, redefine-o para necessidades locais de interação humana. É o contexto que validará o significado das construções.

3º - A terceira premissa estabelece que *toda a representação é um drama*. Considerando que a linguagem é uma forma de representação do mundo, que envolve a maneira como o enquadramos e aquilo para o qual dirigimos o foco de atenção, representar já é uma forma de interpretar: é representar papéis no sentido dramático do termo.

Para que as construções lingüísticas façam sentido, é necessário que interpretemos os sinais que compõem os enunciados em relação à interação social no qual se inscreve: o sentido não se constrói em si mesmo, mas sempre para alguém, nem que seja para si mesmo. Assim, fazer sentido envolve assumir um papel e uma perspectiva sobre uma cena, com todos os ingredientes que um ato dramático requer. Há cenários, sonoplastia, personagens, enfim, papéis sociais a representar.

Como nas cenas reais, a improvisação é possível e a forma de representar é mutável no próprio curso da encenação.

Para Goffman (1974), toda experiência social é semantizante: só é possível atuar na cena social (na interação comunicativa), investindo-a de sentido, ensina-nos Salomão (1999), seja como base de conhecimentos consensualizados, como Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) de Interação, ou por conta de uma motivação singular, com vistas à realização de objetivos localmente relevantes. Assim, representar é interpretar relações no mundo, produzindo conhecimento social.

Como podemos ver, os processos de construção de significados nas interações linguísticas são o foco das pesquisas cognitivistas. Os significados não são propriedades das formas, mas são contextualmente construídos. As formas da língua ativam processos mentais que não são exclusivos da linguagem, mas a elas servem tanto quanto a outras habilidades cognitivas. Compartilhamos, portanto, percepções (*gestalts*) de conjunto, distinguimos figura-fundo, ativamos domínios de conhecimento, realizamos projeções entre domínios, efetuamos mesclagens cognitivas, todas operações compartilhadas por outras habilidades cognitivas.

Na medida em que as pesquisas cognitivas baseiam-se na observação das experiências reais de uso da língua, em contextos de interação linguística natural e socialmente estabelecidos, os *corpora* são produzidos por falantes-ouvintes reais, inseridos em interações social e culturalmente validadas, sujeitos a regras sociais, a protocolos culturais, a características grupais que ora os diferenciam, ora os aproximam uns dos outros (*usage-based model* segundo LANGACKER, 1991).

As análises estão fundadas em bases empíricas, partem da interpretação das construções linguísticas fundamentada no aparato conceptual que armazena os conhecimentos das experiências físicas, sociais, psicológicas, históricas e culturais, coletivas ou individuais, nelas fixadas, embutidas por meio de diferentes processos nas construções linguísticas.

Os resultados serão fruto de evidências convergentes, advindos da experiência empírica, evitando o subjetivismo radical a que o fato de lidarmos com experiências poderia conduzir. Ao mesmo tempo, o idealismo e a flexibilidade das construções e as projeções entre domínios revela a dinâmica do processamento linguístico e deixa entrever como os processos que a precedem na mente se embutem no mecanismo das construções.

Para Salomão (1999), o nome mais adequado para a linguística cognitiva que praticamos no Brasil é um composto do social e do

cognitivo que estão pressupostos nas análises: *lingüística sociocognitiva*. Ela é herdeira do funcionalismo internalista, que vê nos processos cognitivos internos e nas interações sócio-culturais as razões para as construções gramaticais, lexicais ou discursivas se apresentarem como se apresentam.

4. Processos cognitivos que operam nas construções linguísticas

Nas análises cognitivistas, alguns conceitos são essenciais para descrevermos os processos que intercruzam cognição e linguagem. Conhecê-los poderá ajudar-nos a compreender como os processos têm aplicações gerais, empregando aspectos das experiências compartilhadas para compor os significados dos quais as formas linguísticas são guias, ativando operações que interligam cognição à codificação linguística que a expressa.

Dentre os conceitos que formam o arcabouço teórico para tratar a linguagem como instrumento cognitivo, está o de que há conjuntos de conhecimentos sobre os quais a linguagem opera. Tais conjuntos são estruturas mentais parcialmente estruturadas, estáveis ou transitórias. E é sobre essas estruturas que passaremos a tratar.

4.1 Domínios de conhecimentos

A base de conhecimentos sobre a qual se organizam as construções linguísticas é adquirida a partir de experiências vivenciadas pelos indivíduos em suas comunidades, desde os primeiros anos de vida. Tais conhecimentos vão sendo armazenadas na memória, parcialmente estruturadas, hierarquizados e relativamente permanentes. São os domínios cognitivos.

Esta estabilidade não significa rigidez, pois são estruturas passíveis de modificação a partir das experiências que vão sendo vivenciadas ao longo da vida, alterando as configurações anteriores. São estas estruturas de arquivamento de experiências que são acionadas para compor os significados linguísticos. Podem ser representadas como esquemas em *imagens, modelos cognitivos idealizados ou modelos culturais*.

Os *esquemas em imagens* referem-se aos conhecimentos mais básicos de nossa experiência, que são estruturados em imagens esquematizadas, disponíveis para serem aplicadas a diferentes domínios.

Por se estruturarem como imagens esquemáticas sobre vivências compartilhadas, são estruturas passíveis de serem compreendidas por quase todos, pois os esquemas carregam informações mais ou menos gerais de aplicação na construção e interpretação dos enunciados linguísticos.

Ao dizermos, por exemplo, *braço de rio, orelha de livro, costas do armário* estamos diante de conhecimentos baseados no esquema corporal dos humanos, informações que transferimos naturalmente para a compreensão de sua aplicação a contextos diferentes daqueles dos quais partiram.

Extremamente produtivos no processamento de novas construções, ativam na mente do intérprete conhecimentos básicos, compartilháveis pela grande maioria dos falantes, o que torna usuais as expressões criadas com base nestes esquemas. Assim, *ruas como veias das cidades; esqueletos como estruturas; estreitamento como engarrafamento; raízes como origem* estão na base de muitos dos processos figurativos que operam nos enunciados.

Os conhecimentos são armazenados em estruturas mentais, mais ou menos estáveis, os *modelos cognitivos idealizados* - MCIs. Assim são chamados porque armazenam os aspectos que conhecemos acerca das experiências diferenciadas que vivenciamos; são modelos idealizados por serem estruturas mentais disponíveis para serem aplicados às atualizações com características similares. São estruturas estáveis, mas não rígidas, pois podemos modificá-los, adicionando ou retirando informações, *re-organizando* hierarquias, de modo a atualizar nosso saber sobre as áreas de experiência que temos arquivadas na memória.

Na descrição cognitiva dos eventos linguísticos, os MCIs são representados por retângulos nos quais registramos as informações acerca da área de sentido em tela, de modo a dar conta da especificidade das informações que temos arquivadas na memória acerca do tema. Tais estruturas vão se expandindo à medida que nosso conhecimento sobre o tema vai se intensificando: armazenam palavras, conceitos, procedimentos, ou seja, tudo o que foi experienciado acerca da área de sentido que recobre. Vejamos um exemplo:

<p>MCI SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> . vitalidade . disposição . boa aparência . bom funcionamento . FALTA DE SAÚDE . doença . indisposição . palidez . médicos . hospital . dor (etc) 	<p>MCI ECONOMIA</p> <ul style="list-style-type: none"> . finanças . dinheiro . riqueza . fatura . licros . trabalho . PROBLEMAS . desemprego . falência . crise . pobreza . depressão 	<p>MCI ENERGIA</p> <ul style="list-style-type: none"> . combustível . força . necessidades . produção . produtos . meios . alternativas . petróleo . carvão . ventos . águas . abastecimento
---	---	--

Figura 1: Representação gráfica dos MCIs

Representamos na Figura 1, resumidamente, três domínios de conhecimentos: *saúde*, *economia* e *energia*. Em cada um deles adicionamos algumas das informações que consideramos formantes e disponíveis sobre cada um dos temas. Quando falamos, importamos as informações armazenadas nos domínios, por meio de itens semióticos que as ativam (palavras, morfemas, gestos), e as projetamos como conhecimentos que temos sobre os novos domínios aos quais foram ligados. Podemos transferi-los para construir a interpretação dos enunciados em diferentes domínios, correlacionando-os às informações do contexto comunicativo.

Assim, quando, por exemplo, dizemos *economia pálida*, *falência de órgãos*, *fatura de energia* ou *indisposição do mercado* os novos significados emergem como *mesclas*, que herdam parcialmente os significados de partida, mas ganham novos sentidos com as relações que são processadas na nova situação em que são empregadas. Daí a importância de explicarmos como funcionam as projeções entre domínios.

4.2 Projeções entre domínios

Bem conhecido em Psicologia, o termo projeção significa, “em latim tardio, *pro-jectare*, ato ou efeito de lançar” (CUNHA, 1986), transferindo algo para outro lugar. Nas projeções entre domínios, transferimos informações entre entidades do mesmo ou de outro domínio, expandindo a significação básica de um item para outro, assumindo novos significados. Assim, quando falamos em *indisposição do mercado* transferimos do MCI *saúde* nosso conhecimento sobre *indisposições* – ainda não uma doença, mas um mal estar, aviso de mau funcionamento da economia, expressão metafórica das correspondências efetuadas na mente.

Com as informações que são transferidas entre os domínios, construímos novos significados com relações que se processam no contexto. Fazemos corresponder significados entre itens que têm componentes semelhantes nos MCIs correlacionados. As correspondências efetuadas podem explicar, por exemplo, processos figurativos como as metáforas e suas extensões em figuras como analogias, comparações, personificações, hipérbolos, eufemismos.

Quando acontecem correspondências com deslocamentos entre significações de itens que pertencem ao mesmo domínio, explicamos as metonímias e as figuras que lhe são assemelhadas, como a catacrese, a sinédoque, ou seja, as que envolvem parte pelo todo, continente pelo conteúdo, autor pela obra, causa por consequência e as outras relações que envolvem transferências de sentido entre termos que compartilham o mesmo domínio, como por exemplo, no clássico exemplo do domínio de livros, quando nos referimos à obra pelo autor.

Por fim, podemos perceber que toda a expressividade das expressões idiomáticas e a criatividade das gírias, por exemplo, pode ser explicada por projeções entre domínios, vindas das experiências concretas para as abstratas e compartilhadas como saber consensualizado nas comunidades. No exemplo a seguir, podemos constatar a vitalidade dessas correspondências:

Ex. Há uma onda de cheques sem fundos inundando a praça, por isso os lojistas não querem mais aceitar cheques.

No uso dos termos “onda”, “inundando” e “praça” podemos postular correspondências como as que apresentamos a seguir:

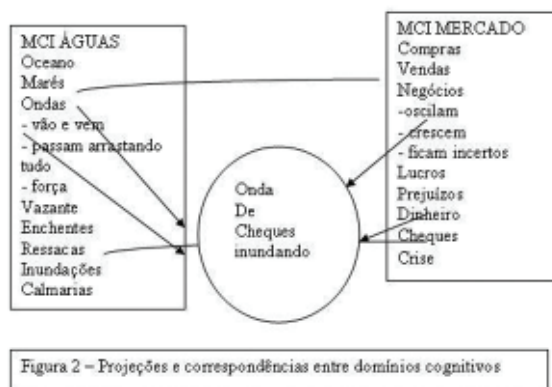


Figura 2 – Projeções e correspondências entre domínios cognitivos

Do domínio do MCI *águas*, vem a experiência de como funcionam as “ondas” : elas *vem e passam*. Dependendo da *força* com que se manifestam, podem destruir tudo o que estiver no caminho. Se forem muito intensas, podem causar “inundações”. Assim, o enunciado se refere aos *prejuízos* produzidos pela quantidade de cheques sem fundos passados na “praça”. O texto tenta dizer que os prejuízos causados pela quantidade de cheques-sem-fundos precisa ser interpretado como *ondas* que vêm e passam: a *crise* (a *inundação*) é temporária (é *onda*), vai passar.

Não descrito na figura, a metonímia *praça*, tão cristalizada no nosso saber como lugar de fazer negócios (de compra e venda nas cidades), camufla o deslocamento que aí se efetuou: o uso do termo *praça* (o local) pela atividade que nela é efetuada (negócios) .

4.3 - Espaços mentais

Dentre as estruturas com as quais os conhecimentos se organizam na linguagem, destacamos os *espaços mentais*. Enquanto os MCIs são estruturas estáveis de estruturação da experiência, os espaços mentais são transitórias, espécie de arquivos de trabalho nos quais organizamos pensamentos em linguagem.

Como “bolhas de sabão”, os espaços mentais são instaurados na pré-organização dos enunciados. Neles processamos as relações entre as informações importadas dos domínios de conhecimentos ativados. Tão logo o enunciado produzido esteja pré-estruturado, o espaço se dissolve, projetando sua organização em enunciados comunicáveis.

Os espaços mentais são abertos à medida que o discurso progride. Ligados entre si, “andam como o discurso anda”, introduzidos por elementos gramaticais ou situacionais denominados *introdutores de espaços mentais* (*space builders* segundo FAUCONNIER, 1994). A partir de um espaço-base, situado em primeira instância na situação comunicativa, somos guiados por introdutores a abriremos novos espaços de referência: são os *espaços mentais*.

Em cada novo espaço instaurado, os elementos que o compõem devem ser interpretados. Podemos guiar o discurso para outro tempo, outro espaço, outra realidade – física ou virtual. Para um sonho, para um filme, um livro, enfim, qualquer “lugar” que a linguagem possa instaurar. Nestes espaços, operacionalizamos os sentidos que as significações do discurso encerram.

De *link* em *link* o discurso progride e os significados são decorrentes dos sentidos que processamos nos espaços de organização do pensamento em linguagem. São representados por círculos e os *links* por setas, interligando-os. Vejamos, de modo simplificado, como os espaços pré-organizam os enunciados produzidos:

Ex. Gostaria de ter em 1968 a sabedoria que tenho agora.

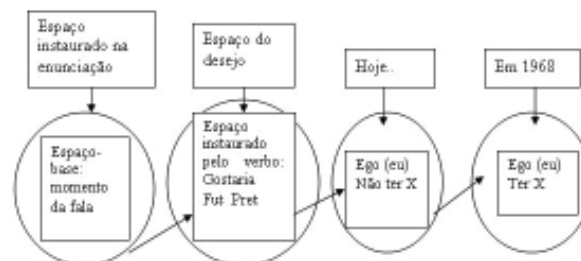


Figura 3 - Progresso dos espaços mentais no discurso (desenho simplificado)

Na figura 3, cada um dos círculos representa o espaço-mental de pré-organização de um nível do discurso: o espaço base (o da fala do sujeito), abrindo com o *futuro do pretérito* um espaço mental do desejo: o que *ego* como sujeito discursivo gostaria. Do espaço de *hoje*, introduzido pelo advérbio *hoje*, a sabedoria (X) foi ativada.

Seguindo os *links* abertos de um espaço para outro, podemos transportar *ego* para o espaço do *desejo* ou dos tempos *presente e passado*, interligados no mesmo enunciado, projetando-o para espaços de referência diferenciados. Pelos introdutores de espaços mentais empregados, os interlocutores conseguem reconstruir na mente os mesmos espaços e interpretar acertadamente o enunciado da sentença.

Assim a teoria propõe que é nos espaços de trabalho, transitórios e ajustáveis às situações, que organizamos o pensamento em linguagem, processando gramatical e semanticamente os enunciados.

4. 4. Mesclagens conceptuais

As projeções de conceitos entre domínios são essenciais para um processo denominado *mesclagem*, uma das mais poderosas operações cognitivas empregadas na linguagem. Para Fauconnier & Sweetser (1996, p.149-91), uma mesclagem (*blending*) é um processo cognitivo que opera sobre dois espaços mentais (*input 1 e 2*) para projetar sentidos em um terceiro espaço, o *espaço mescla*.

Os significados que são projetados na *mescla* - espaço transitório de organização dos itens importados dos espaços mentais de origem - são relacionados no novo contexto, herdando aspectos dos significados de origem, mas incorporando novas significações. A mesclagem é decorrente do re-arranjo das projeções efetuadas com a situação comunicativa em que ocorrem. *Mesclagens* acontecem no léxico, na sintaxe, no discurso, na situação comunicativa e, mais extensivamente, em todo processo de aprendizagem ou de atualização de saberes na vida social.

Quando dizemos, por exemplo, “cão de guarda” fazendo referência a uma pessoa; “saco de pancadas” aplicado a alguém que vive “apanhando”; ou “taxi-aquático” para nos referirmos a barco de aluguel, os substantivos compostos construídos são mesclagens, herdam aspectos significativos dos termos básicos, mas são novos significados, advindos das correlações que tais construções ativam no contexto em que ocorrem. São facilmente processados na mente dos intérpretes pela recuperação das projeções importadas para a mescla. O processo é simplesmente responsável pela *criatividade* na linguagem.

Para Miranda (1999, p.89) a mesclagem é o processo responsável pela dimensão criativa de todas as formas de pensamento. É pelas novas relações e novas configurações que dão aos sentidos que combinam que fazem surgir novas significações e conceptualizações. Por-

tanto, uma área inesgotável de investigações cognitivas se abre para as pesquisas de mesclagens, uma vez que é no uso real da língua que a criatividade se manifesta com toda a riqueza que a dinamicidade do pensamento e da linguagem engendram.

4. 5. Enquadre, foco e perspectiva

Se considerarmos que as análises cognitivas envolvem a investigação da língua em uso, em contextos reais de comunicação, processos como *enquadre*, *foco* e *perspectiva* tornam-se altamente relevantes. Na medida em que uma das premissas da análise cognitiva é que toda a situação comunicativa é uma cena, uma representação dramática, reconhecer os quadros que se sucedem na cena e associá-los aos significados construídos é embutir a interação nos significados que emergem nas cenas.

As situações comunicativas são experiências sociais que os falantes vão adquirindo ao longo da vida. Tais conhecimentos vão sendo armazenados na memória, configurados aos eventos nos quais se atualizam. Formam estruturas de conhecimentos complexos, com *semioses* de diferentes naturezas. As situações nos permitem “fazer recortes”- os denominados “*frames* de interação” (GOFFMAN, 1974) e colocá-los como num quadro: são as *molduras comunicativas* nos termos de Tannen & Wallat (1987, p.59) .

Molduras comunicativas são, portanto, *frames* de interação, que incluem nosso conhecimento do evento, de identidades, de papéis sociais, da agenda do encontro, do alinhamento ou andamento do que está em movimento na interação. As cenas emitem sinais de múltiplas semioses. Nós aprendemos a interpretá-los: formam nosso conhecimento pragmático do uso da língua nos eventos de interação e comunicação.

Tornam-se essenciais, também, os conceitos de *enquadre* – o recorte que se faz na cena; de *foco*, o aspecto da cena no qual pomos luz (atenção) e o lugar do qual “olhamos” a cena , ou seja, de que *perspectiva* o falante fala na cena ou sobre a cena a que se faz referência.

Sugerimos para aprofundamento desses aspectos, a leitura do estudo sobre os valores semânticos das condicionais em português (FERRARI, 1999); a análise dos papéis de liderança no discurso de professores em moldura comunicativa institucional (MIRANDA, 1999) e o estudo da mesclagem de vozes nos diferentes tipos de discurso (CHIAVEGATTO, 1999), trabalhos que experimentam a funcionalidade dos conceitos que aqui sumarizamos.

5. Conclusões

Não poderíamos fazer neste artigo “barba, cabelo e bigode” do que tem sido o avanço dos estudos cognitivos no Brasil e no mundo: ficamos na introdução, apresentando instrumentos operacionais para progredirmos no que acreditamos ser a própria natureza da linguagem: instrumento de expressão, organização e transmissão de conhecimentos entre os homens e suas sociedades.

Os exemplos que aqui foram apresentados servem apenas para instigar nossos leitores a pensarem na operatividade dos recursos analíticos que temos à disposição para estudarmos o fenômeno da linguagem. Não queremos mais somente descrever os fatos e usos da língua, mas sim explicá-los a partir de um corpo de conceitos, que nos permita entender o funcionamento da língua, com seu poder expressivo, fenômeno decorrente de sua imensa plasticidade.

As investigações em linguística cognitiva procuram produzir evidências convergentes sobre o papel da cognição na organização das línguas naturais, mostrando a dinâmica das relações entre linguagem e cognição, entre sociedades e culturas e entre o sujeito e aqueles que com ele compartilham a fantástica capacidade de “embutir” pensamentos em linguagem, transmitindo a fascinante experiência de viver na interação com seus semelhantes.

Recebido em 06/03/09

Aprovado em: 04/04/09

ABSTRACT

This article introduces current developments in cognitive linguistics, presenting some principles which link cognition, language and interaction in utterances. Some descriptive procedures are also introduced, which allow analysts to explain how linguistic and discursive forms are based on broad and general cognitive processes, of which language is an integral part, as a means of expression and the sharing of knowledge among men.

KEY WORDS: cognitive linguistics; cognition; language; interaction; cognitive processes.

REFERÊNCIAS

- BLOOMFIELD, L. *Language*. London, London, 1935.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague, Mouton, 1957.
- CHIAVEGATTO, V. C. Gramática: uma perspectiva sócio-cognitiva. In: _____. (org) *Pistas e travessias II: bases para o estudo da gramática, da cognição e da interação*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- _____. Um “olhar” sobre o processo cognitivo de mesclagem de vozes. *Veredas: revista de estudos linguísticos*. v. 3, n.1 . p. 97-114, Juiz de Fora, Editora da UFJF, jan/jun 1999.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua Portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.
- FAUCONNIER, G. & SWEETSER, E. *Spaces, world and grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996.
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FERRARI, L. V. Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, v.3, n.1, p.115-128, Juiz de Fora, Editora da UFJF, jan/jun 1999.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. Nova York: Harper and Row, 1974.
- _____. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York, Anchor Books, 1967.
- GUMPERZ, J. & LEVINSON, S. *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. & GUMPERZ, J. Introduction : language and the communication of social identity. In: *Language and social identity*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982, pp. 01-21.
- JOHNSON, M. *The body in the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTHONY, A. (org.) *Metaphor and thought*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- _____. *Women, fire and dangerous things*. Chicago, University of Chicago Press, 1987.
- _____. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*. v.1 e 2. Stanford: Stanford University Press, 1987/ 1991.
- MIRANDA, N. S. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelos dos espaços mentais. *Veredas: revista de estudos lingüísticos*. v. 3, n.1, p.81 – 95, Juiz de Fora, Editora da UFJF, jan/jun 1999.
- ROSCH, E. Cognitive representation of semantic categories. In: *Cognitive Psychology* 4, p. 328-350, 1975.
- _____. Human categorization. In: WARREN, N. (org.) *Studies in cross-cultural psychology*. London: Academic Press, 1977.
- SALOMÃO, M. M. M. Lanterna de proa: sobre a tradição recente nos estudos de linguística. *Gragoatá*. n.23, p.52, Niterói, Editora da UFJF, 2007.
- _____. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas: revista de estudos lingüísticos*. v.1, n.1, p.23-9, Juiz de Fora, Editora da UFJF, 1997.
- _____. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: revista de estudos lingüísticos*. v. 3, n.1, p. 61-79, Juiz de Fora, Editora da UFJF, jan/jun 1999.
- SAPIR, E. *A linguagem*. Trad. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Trad. Antonio Chellini. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SILVA, A. S. Linguagem, cultura e cognição ou a linguística cognitiva. In: SILVA, A. S., TORRES, A. & GONÇALVES, M. (orgs.) *Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva*. v.1 Coimbra, Almedina, 2004, pp.1-18.
- TALMY, L. The relation of grammar to cognition. In: RUDZKA-OSTY (ed.) *Topics in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- TANNEN, D. & WALLAT, C. Interactive frames and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/ interview. In: TANNEN, D. *Framing in Discourse*. Nova York: Oxford University Press, 1987.
- TURNER, M. *The literary mind*. Oxford, Oxford University Press, 1996.